



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas para Infância e Juventude

SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: INSTITUCIONALIZAÇÃO E (DES)ASSISTÊNCIA NA CIDADE DE BARBACENA/MG

CAROLINA MORAIS SIMÕES DE MELO¹

RESUMO

Busca-se apresentar de que forma se deu a oferta de atenção em Saúde Mental de crianças e adolescentes na cidade de Barbacena/MG, considerando a marca da institucionalização nesse município. As ações para estes sujeitos eram ofertadas de forma fragmentada e pulverizada, dando particularidade à desinstitucionalização e à constituição de uma política pública de saúde mental infanto-juvenil.

Palavras-chave: Saúde mental, criança e adolescente, Reforma Psiquiátrica, institucionalização.

ABSTRACT

It seeks to present how the provision of Mental Health care for children and adolescents in the city of Barbacena/MG, considering the mark of the asylum model in this municipality. The actions for these subjects were offered in a fragmented and pulverized way, giving particularity to deinstitutionalization and the constitution of a public policy for child and adolescent mental health.

Keywords: Mental health, child and adolescent, Psychiatric Reform, institutionalization.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto das reflexões teóricas e práticas desenvolvidas tanto na atuação como assistente social de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi) quanto de pesquisa de Doutorado desenvolvida entre 2019 e 2024.

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A Reforma Psiquiátrica brasileira teceu duras críticas não só ao modelo institucional dos hospitais psiquiátricos, mas também a uma lógica de cuidado e de tratamento empregado nesses locais, propondo uma desinstitucionalização que fosse de fato substitutiva no Brasil (AMARANTE, 2019). Há, porém, um debate que ainda necessita de vigor e visibilidade no âmbito da Reforma Psiquiátrica e das políticas públicas: a assistência às crianças e adolescentes com demandas de saúde mental.

Se por um lado houve a regulamentação de dispositivos assistenciais para crianças e adolescentes, como os Capsi, e outros marcos normativos indicando a instituição de uma política de saúde mental infanto-juvenil, percebe-se que as particularidades, históricas e terapêuticas, no cuidado destes sujeitos ainda demandam muitos avanços.

Propõe-se, então, uma reflexão sobre as ações e práticas voltadas às crianças e adolescentes com demandas de saúde mental na cidade de Barbacena/MG, considerando a importância deste território na história da assistência psiquiátrica mineira. Será analisado o período anterior à Reforma Psiquiátrica, que denominamos de período asilar, compreendendo o período de 1900 a 1980.

A Cidade dos Loucos e a assistência psiquiátrica: marcas da história e práticas assistenciais

Barbacena é uma cidade do estado de Minas Gerais, com 126.317 habitantes (IBGE, 2023), cortada pela Serra da Mantiqueira, localizada no Campo das Vertentes. Situa-se a 170 km da capital, Belo Horizonte, a 95 km de Juiz de Fora e a 270 km da cidade do Rio de Janeiro. É uma região importante geograficamente, sendo passagem no período de descoberta do ouro para o interior das Minas Gerais, vindo do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia (MELO, 2019; CARVALHO, 1966).

A cidade é conhecida por algumas designações que traduzem um pouco da sua história: *Cidade das Rosas, dos Loucos e terra dos Bias e dos Andradas* (DUARTE, 2009). As *Rosas* indicam um período próspero, em que havia grande produção de rosas e flores para exportação, criando uma renda interna importante para a cidade, contando com imigrantes na região. Os *Bias e Andradas*, representam a história política da região, que por muito tempo viveu sobre o comando destes dois troncos familiares que dominavam política e economicamente a vida da cidade, se revezando no poder. Revela relações clientelistas e patrimonialistas, que reverberam



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

até hoje na cultura política da cidade, que teve importantes representantes no legislativo estadual e nacional desde o século XVIII (CARVALHO, 1966).

Barbacena inicia sua jornada como *Cidade dos loucos*, ironicamente, a partir de um presente²: o primeiro hospital psiquiátrico de Minas Gerais, criado em 1903, designado Assistência aos Alienados, posteriormente nomeado Hospital Colônia de Barbacena (HCB). O Hospital recebia pacientes de todas as regiões do país, principalmente do interior de Minas Gerais, de Belo Horizonte e, em um período inicial, também do Rio de Janeiro. Estes vinham através dos trens, que possuíam vagões com grades para alocar os doentes, que paravam na Estação Sanatório e eram conduzidos até o Hospital, dando origem à expressão “trem de doido” (DUARTE, 2009).

Barbacena contou com 6 manicômios em seu território: além do Hospital Colônia, um dos maiores hospitais psiquiátricos do país, abrigou também o Manicômio Judiciário Jorge Vaz e mais 4 clínicas privadas (FASSHEBER, 2009), sendo possível observar o impacto de um verdadeiro complexo manicomial na própria formação do tecido urbano de Barbacena (NASCIMENTO, 2014). Junto com as cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte, fazia parte do chamado corredor da loucura, visto que estas 3 cidades abrigavam, na década de 1980, 19 dos 25 hospitais psiquiátricos de Minas Gerais, concentrando 80% dos leitos de saúde mental do estado (ARBEX, 2013).

Em 1979, quando se ampliam as denúncias sobre as precárias condições dos hospitais psiquiátricos brasileiros, o país recebe a visita de importantes nomes da Reforma Psiquiátrica internacional, destacando-se o médico italiano Franco Basaglia. Ao visitar o Hospital Colônia de Barbacena, Basaglia classificou-o como “um campo de concentração nazista” (FIRMINO, 1982, p. 11), dada a degradação do estabelecimento.

Barbacena, então, traz em seu território a marca de um modelo de assistência segregatório e excludente, posição que impactou na sua inserção regional, ora posicionado como território privilegiado de assistência médica e psiquiátrica, ora como local de despejo de indesejados sociais.

Do ponto de vista assistencial, o período de 1900 a 1980 vivencia a predominância de um modelo de assistência centrado no hospital como local responsável por todo cuidado em saúde. É

² A escolha de Barbacena teria motivações políticas, de forma que o Hospital teria sido um prêmio de consolação aos políticos da região por Barbacena não ter sido escolhida, à época, como capital do Estado de Minas Gerais (MAGRO FILHO, 1992 *apud* DUARTE, 2009; FIRMINO, 1982). Além da geração de empregos, possivelmente usados com cunho clientelista, Nascimento (2014) destaca que o recebimento de um hospital desta magnitude no início do século XX representava para Barbacena a inserção na modernidade, de forma que as cidades buscavam se inserir nesse contexto, que envolvia um imaginário político e social que vem com a Proclamação da República.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

um período de predominância do que chamou-se de modelo asilar de cuidado em saúde mental, que não consiste apenas em uma estrutura física, o hospital, mas em um modelo de assistência, em uma lógica de cuidado e de organização institucional (COSTA-ROSA, 2000; 2013). A Reforma Psiquiátrica propõe uma nova lógica de cuidado em Saúde Mental, numa proposta substitutiva ao modelo hospitalar-asilar: o modelo de atenção psicossocial. Estes dois modelos de assistência seriam “modos de operar” das instituições e dispositivos de saúde mental.

Em Barbacena, o modelo asilar começa a ser questionado a partir da visita de Franco Basaglia ao Hospital Colônia, em 1979, momento que dá visibilidade nacional e internacional à precariedade do Hospital de Barbacena e também denuncia a presença de crianças e adolescentes nos pavilhões do Colônia (FIRMINO, 1982; ARBEX, 2013). A década de 1980 é marcada, em Barbacena, pela humanização do Hospital, agora designado Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB), realizando algumas transformações internas.

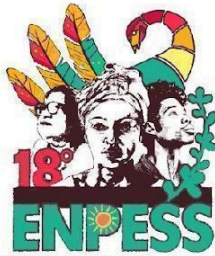
Os anos 2000 marcam a Reforma Psiquiátrica de Barbacena a partir da criação da Coordenação Municipal de Saúde Mental, da criação dos Caps e das Residências Terapêuticas, do fechamento de leitos e hospitais e redirecionamento do financiamento para os serviços substitutivos³ (FASSHEBER, 2009). A instituição de uma política de saúde mental infanto-juvenil terá como marco, em Barbacena, a criação do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil – Capsi Estação Vida, no ano de 2019, motivado por determinação judicial a partir de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MELO, 2024). Antes da criação deste dispositivo, crianças e adolescentes eram atendidas em diversos locais, em diversos setores, de forma fragmentada.

A pergunta que nos conduzirá é: onde estavam as crianças e adolescentes com demandas de saúde mental no período asilar de assistência em saúde mental no município de Barbacena/MG?

Saúde Mental de crianças e adolescentes em Barbacena/MG: muitas chegadas, algumas saídas

Historicamente, as demandas de saúde mental de crianças e adolescentes foram encobertas no Brasil pelas estratégias de combate à pobreza, sendo a carência afetiva e material o alvo principal das ações públicas voltadas aos “menores” em situação irregular (RIZZINI, 1993). As crianças e adolescentes com deficiências ou com doenças mentais, considerados à época

³ Sobre o processo de Reforma Psiquiátrica de Barbacena indicamos Fassheber (2009) e Azevedo (2015, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como “anormais”⁴, eram institucionalizados em abrigos, reformatórios e educandários ou encaminhados a instituições e ao saber de especialistas, não sendo possível localizar com exatidão onde elas se encontravam (RIZZINI, RIZZINI, 2004).

Para compreender como esse processo se deu em Barbacena, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental em periódicos e repositórios de teses e dissertações e em documentos como legislações, normas técnicas, reportagens de jornais, entre outros, tomando como recorte o estado de Minas Gerais e, particularmente, o município de Barbacena. Foi possível perceber que Barbacena/MG seguiu a tendência do país, de forma que haviam diversas instituições e ações voltadas a crianças e adolescentes que indicavam demandas de saúde mental. Para fins de análise da pesquisa, dividimos didaticamente as ações em 3 setores: Saúde, Educação e Segurança e Assistência Social.

Saúde

Neste item tratamos particularmente dos hospitais psiquiátricos, principal estratégia de assistência aos considerados doentes mentais no período asilar, buscando-se conhecer o histórico de atendimento de crianças e adolescentes nestas instituições.

Segundo Cirino e Viana (1984), o primeiro Hospital psiquiátrico específico para crianças e adolescentes de Minas Gerais foi criado em Belo Horizonte, em 1947, o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI). Antes dele já havia, porém, alas infantis criadas dentro dos Hospitais psiquiátricos (CIRINO; VIANA, 1984; RIBEIRO, 2006; ABRÃO, 2020). Cirino relata que as primeiras internações de crianças teriam ocorrido em uma enfermaria para doentes mentais da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, criada em 1917.

As internações de crianças começam a ser reguladas a partir da criação, em 1922, do Instituto Neuro-Psiquiátrico de Belo Horizonte, o atual Hospital Raul Soares, momento em que são reorganizados os fluxos de assistência no estado entre a capital e o interior. Belo Horizonte começa a se posicionar como um centro de triagem que faria encaminhamento dos casos “crônicos ou incuráveis” para Oliveira e Barbacena, e Oliveira ficaria responsável por receber as crianças com oligofrenias” (DUARTE, 2009, p. 180).

⁴ Os *anormaes* eram comumente designadas na pedagogia como “excepcionais”, “deficientes mentais” e/ou “deficientes físicos”, “retardados”, “débeis mentais”, “idiotas”, representando um mesmo grupo (JANNUZZI, 1985). Estes termos se alteram historicamente a partir dos avanços no campo da medicina e da pedagogia.

Em 1927, é criado o Hospital Colônia em Oliveira/MG, voltado inicialmente só para mulheres e posteriormente atendendo crianças. Em 1929, é criado o Manicômio Judiciário Jorge Vaz, em Barbacena, no qual há indícios de haver alas para crianças e adolescentes (CIRINO, 1985). No Instituto Raul Soares, funcionava, na década de 1930, um laboratório de psicologia experimental que, segundo Cirino e Viana (1984), teria realizado exames de sanidade mental em menores. Esse instituto também abriga uma ala para crianças.

Em Minas Gerais, na década de 1940, é criada a Divisão de Assistência Neuropsiquiátrica, que conta com assistência a psicopatas adultos e de neuropsiquiatria infantil, representando o primeiro momento nacional e estadual de instituição no âmbito da gestão e prestação da assistência psiquiátrica pública a crianças e adolescentes. Segundo Alvim (1956 apud PEREIRA et al., 2022), a atuação desses departamentos mapeou as chamadas “crianças-problema”, organizando o fluxo de crianças oligofrênicas e epilêpticas ao Hospital de Oliveira e ao Hospital de Neuro-Psiquiatria de Belo Horizonte.

Com o aumento da demanda pelas internações, em 1949 o Hospital de Oliveira é reformado e suas enfermarias são ampliadas para 450 leitos (CIRINO; VIANA, 1984), sendo designado como Hospital Colônia de Neuropsiquiatria Infantil de Oliveira (HCNPO). O hospital seria destinado, então, a receber “os menores psicopatas, que, por incurabilidade ou curabilidade a longo prazo, tenham sido transferidos do Hospital Central de Neuro-Psiquiatria Infantil (HNPI)”. A organização do Hospital, seria “a mesma dos hospitais-colônia do serviço de adultos, com as modificações que o tipo de doentes aconselha, na justa medida de suas possibilidades” (CIRINO, 1984, p. 24).

A principal terapêutica eram os eletrochoques e psicofármacos (CIRINO; VIANA, 1984), e, segundo Pereira *et al.* (2022),

em termos de intervenção médica, constituía-se das principais práticas terapêuticas utilizadas na época: choques por descarga elétrica com baixo ou nenhum critério de aplicação da dosagem, contenção das mãos e pés por meio de tiras de pano ou camisas de força e, na falta desse equipamento, cordas e isolamento em celas fortes (Silva, 2011). Constata-se, assim, a violência acometida aos/às ‘menores’ no HCNPO (PEREIRA *et al.*, 2022, p. 7).

Cirino e Viana (1984, p. 25) apontam que os critérios de internação de crianças nos hospitais “eram tão abrangentes quanto a noção de excepcionalidade”, encontrando entre os internos “toda espécie de marginalizados sociais, desde crianças abandonadas, prostitutas, até delinquentes”, o que tornava o hospital, “ao mesmo tempo, creche, prisão e isolamento”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Hospital de Oliveira foi fechado em 1974, mas os motivos do encerramento das atividades ainda não são claros. Foi então que, em 04 de janeiro de 1974, o Hospital Colônia de Barbacena recebeu aproximadamente 100 crianças e adolescentes em seus pavilhões⁵, sendo conhecidos como os “meninos de Oliveira”. Através da pesquisa, travamos contato com as fichas de identificação dos meninos de Oliveira, que estão sob a guarda do Museu da Loucura de Barbacena, administrado pela FHEMIG, e também ao Memorando nº 74, de 04 de janeiro de 1974, que trata da transferência dos pacientes do Hospital de Oliveira para o Hospital de Barbacena. O memorando aponta a transferência de 98 pacientes, sendo 69 do sexo masculino e 29 vinte e nove do sexo feminino (FEAP, 1974).

Neste mesmo documento, há a referência a mais 21 pacientes que teriam recebido alta em dezembro de 1973, antes da transferência, informando que os prontuários destes internos estavam sendo enviados para o HCB, totalizando, então 119 prontuários de crianças e adolescentes enviados do Hospital de Oliveira ao Hospital de Barbacena, porém nem todas foram de fato para o HCB. Destas 119 fichas, encontramos 96 no acervo, sendo disponíveis para análise⁶.

Há muitos dados incompletos nas fichas, a mesma usada para pessoas adultas, desde datas de nascimento a diagnóstico ou filiação. É possível deduzir que as idades das crianças e adolescentes eram aproximadas e não fidedignas, muitas vezes sendo registradas no modelo “04.01.ano”, data de chegada dos meninos ao HCB, e várias contendo pontos de interrogação. Neste formato, encontramos registros de idade entre 04 e 30 anos, que possivelmente eram divididos em faixas etárias nos dois pavilhões a eles designados: Pavilhão de Psiquiatria Infantil (PPI) e o Pavilhão de Psiquiatria de Adolescentes (PPA).

Em sua maioria eram do sexo masculino (72%), negros (59%) e 90% eram procedentes de Minas Gerais, com poucos registros dos estados da Bahia, Goiás e São Paulo, a maioria vindo da cidade de Belo Horizonte.

No campo denominado “Responsáveis”, encontramos 19 fichas em que esta informação estava ausente ou constava como “ignorado”, 30 indicavam familiares e a maioria, 47 delas, indicavam instituições como responsáveis, sendo elas Prefeituras Municipais, Delegacias de

⁵ Alguns autores indicam que foram encaminhados 70 pacientes do gênero masculino e trinta do feminino para o Hospital Colônia de Barbacena (PEREIRA et al., 2022). Já Ribeiro (2002 apud DUARTE, 2009) aponta que foram transferidos 119 pacientes, entre 5 e 25 anos de idade, mas sete destes não chegaram à instituição ou não foi possível localizar suas fichas.

⁶ A análise mais pormenorizada dos dados encontrados nas fichas de identificação será apresentada em trabalho posterior destinado estritamente aos “meninos de Oliveira”.

Polícia, Juizados de Menores ou setores do judiciário, outros hospitais, um setor identificado como “D.E.A.S. de BH”, instituições de abrigo e creches.

Esta incidência considerável de instituições responsáveis pelas crianças e adolescentes, em quase metade das fichas, reforça a percepção da função tutelar exercida pelo Estado diante dos “menores” em situação irregular, havendo um afastamento e rompimento de vínculos destes de suas famílias na tenra idade, de forma que as instituições passam a ter a gerência da vida dessas crianças.

Há relatos da presença de outras crianças no HCB, além dos meninos de Oliveira, filhas dos pacientes, que nasciam na enfermaria geral e tinham alguns destinos possíveis: ou eram recolhidas pelas famílias dos internos, ou adotadas por outras famílias, ou viviam no hospital junto com os demais (DUARTE, 2009). Arbex (2013) também relata que “pelo menos três dezenas de bebês nascidos no Colônia foram doados logo após o nascimento sem que suas mães biológicas tivessem a chance de criá-los” (ARBEX, 2013, p. 107).

Em uma mensagem enviada para o legislativo, em 1979, informa-se que “(...) Nasceram muitas crianças na colônia. Constrói-se ali uma creche, que dura até 1974. Pessoas caridosas as empregam, quando crescem, nas suas casas como [empregadas] domésticas” (MENSAGENS DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO, 1979 apud DUARTE, 2009, p. 198).

Sobre o destino destes meninos e meninas, sabe-se pouco. Muitos foram faleceram no próprio hospital, havendo registro de óbito em 63 fichas, sendo que 39 (61%) ocorreram entre 1974 e 1980, sendo 20 (31%) destes óbitos ocorridos nos dois primeiros anos após a chegada em Barbacena (1974 e 1975). Muitos atingiram a idade adulta dentro do hospital, podendo ter recebido alta ou sendo transferidos para outras instituições.

As fichas de identificação e notícias da época indicam que alguns foram transferidos para Belo Horizonte, ao HNPI, em junho de 1980 (ARBEX, 2013). Com a Reforma Psiquiátrica e a desinstitucionalização, alguns deles foram morar nas Residências Terapêuticas de Barbacena, estando alguns vivos ainda hoje. Outros continuariam em Belo Horizonte, em um Lar abrigado anexo ao atual Centro Psíquico da Adolescência e Infância (CEPAI). Há ainda nas instalações antigas do HCB, atual Hospital Regional de Barbacena, alguns internos que moram em módulos residenciais e ainda não foram desinstitucionalizados, podendo abrigar, possivelmente, mais meninos e meninas de Oliveira.

Educação

Outro campo que atendeu crianças e adolescentes “anormais” foi a educação, em um entrelaçamento entre medicina, pedagogia e psicologia. Prova desse entrelaçamento foi a criação da primeira escola voltada aos “anormais” ter ocorrido anexa ao Pavilhão Bounerville, uma ala psiquiátrica infantil do Hospital de Juqueri, no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2006; MULLER, 2000).

A pedagogia é chamada para, junto com a medicina, reabilitar e reinserir os doentes, sendo as crianças e adolescentes um público prioritário. As crianças eram divididas entre os considerados ineducáveis (tidos idiotas de todos os gêneros, imbecis, epiléticos, entre outros) e os designados como educáveis (denominados como débeis mentais e anômalos com perturbações da moral e do caráter). Alternavam-se entre pavilhões-asilo e pavilhões-escola (MULLER, 2000).

Essa lógica marca a história da assistência psiquiátrica à infância no Brasil, sendo possível perceber a criação de escolas, unidades psicopedagógicas e centros de tratamento juntamente aos hospitais psiquiátricos por todo país (RIBEIRO, 2006; ABRÃO, 2020; CIRINO, 1985). Em Minas Gerais, o mesmo decreto que cria o HNPI, em 1947, também cria o Instituto de Psicopedagogia, com a função de classificação e orientação pedagógica de crianças anormais (CIRINO, 1985).

Em Minas Gerais, o Decreto nº 7.680, de 1927, que institui a Assistência e Proteção a Menores Abandonados e Delinquentes, incentiva a criação de estabelecimentos para educação dos menores, incluindo os “anormais patológicos”, para prestar assistência aos menores “sem recurso, doentes ou débeis”. As entidades destinadas ao recolhimento de menores poderiam ser de quatro tipos: abrigos de menores, escolas de preservação, escolas de reforma e escolas para anormais. Aos menores “loucos e epiléticos ficam destinados os pavilhões no Instituto Raul Soares” (CIRINO; VIANA, 1984, p. 9).

Em 1929, é criado o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico em Minas Gerais, onde são realizadas pesquisas sobre testes de inteligência e desenvolvimento mental de crianças, sendo Helena Antipoff convidada a direcioná-lo e organizá-lo. Um entrelaçamento não só entre saberes, mas entre Estado e filantropia.

Helena Antipoff foi a fundadora da Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, em 1932, uma associação civil beneficente formada por professores, médicos, advogados, engenheiros, entre outras figuras importantes da cidade de Belo Horizonte, que ofereciam consultas gratuitas aos pobres e crianças excepcionais através de um Consultório Médico-Pedagógico, uma das primeiras iniciativas em Minas a prestar diagnósticos e tratamento dos problemas mentais infantis (CIRINO; VIANA, 1984). Também foi entusiasta das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais

(APAE), que se expandem na década de 1960 no Brasil, sendo uma representante importante da sociedade civil, no campo da filantropia, demandando iniciativas do poder público em prol da infância, principalmente dos “excepcionais”.

Na região de Barbacena, a aliança entre Estado e filantropia se mantém. Encontramos como ações no campo das instituições especializadas, a Associação Barbacenense de Apoio aos Excepcionais (ABAE), e no campo da educação pública, as classes e escolas especiais: Escola Rubens Crespo, Escola junto ao Centro Neurológico da ABAE e Centro Educacional Maria do Rosário.

A Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (ABAE) é fundada em 1962 por um grupo de pais com crianças portadoras de síndrome de down. A entidade tinha o caráter de associação civil de caráter público e teria a mesma finalidade das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), estando entre as 10 primeiras Associações criadas no Brasil (DRUMMOND, 2015).

Funcionava em um regime de semi-internato e prestava os seguintes serviços, quando de sua criação: serviços médicos, serviço psicopedagógico, serviço social e serviço de relações públicas. Os serviços médicos eram prestados por especialistas colocados à disposição da entidade por órgãos públicos ou privados, e outros sob a prestação de serviços. Realizavam aplicação de testes psicológicos e avaliação, orientações à família e escolas e acompanhamento de casos para fins de pesquisa científica (DRUMMOND, 2015). Assim, também funcionava como um centro de avaliação especializada de crianças e adolescentes, que os classificava e direcionava aos serviços existentes.

O setor de escolaridade da ABAE se organizava em uma relação bem próxima com o ensino público. Através de um convênio com o Governo do estado de Minas Gerais, administrava os seguintes estabelecimentos: Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário (1965); Escola Primária Junto ao Centro de Recuperação Neurológico da ABAE (1970) e Centro de Aprendizagem Ocupacional (oficinas pedagógicas) (DRUMMOND, 2015).

A primeira escola especializada criada em Barbacena foi o Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário, em 1965. A instituição era vinculada ao Governo do Estado, mantida pela ABAE através do convênio, em que o Estado disponibilizava os profissionais e a ABAE fazia a gestão e execução das ações (DRUMMOND, 2015).

Em 1976, o Instituto Maria do Rosário passa a ser denominado de Escola Estadual Maria do Rosário. Parte das classes ofertadas funcionavam na ABAE e parte delas funcionavam anexas

ao CHPB, atendendo os internos do Hospital na faixa de 7 a 14 anos. Em 1977, a Escola muda sua sede para dentro do CHPB e passa a atender também aos internos do Instituto de Psicopatologia e Estudo do Menor (IPEME), uma unidade alocada em um pavilhão do CHPB que atendia menores envolvidos em contravenções penais com doenças mentais (BATISTA; DORNELAS; NOGUEIRA, 2022c).

Em 1981, a Escola Estadual Maria do Rosário foi desativada pelo governo do estado, mas um movimento de diretores de escolas de Barbacena conseguem reativá-lo, com a articulação de políticos locais, em 1992, como Centro Estadual de Educação Especial Maria do Rosário, voltado ao atendimento escolar especializado, reunindo as classes existentes no CHPB e nas escolas estaduais da cidade, seguindo em funcionamento ainda hoje.

Segundo Drumond (2015) é criada uma outra Escola Primária na ABAE, em 1970, que passa a ser uma Escola Estadual, em 1974, denominada “Escola Estadual junto ao Centro de Recuperação Neurológico da ABAE. Essa escola transforma-se na Escola Estadual de Educação Especial Rubens Crespo, em 2001, sendo integrada à Escola Estadual Maria do Rosário em 2016 (BATISTA; DORNELAS; NOGUEIRA, 2022b).

Com as transformações legislativas no país, a partir da década de 1990 a ABAE começa a se adaptar aos novos marcos jurídicos, alterando sua razão social em 1999, passando a denominar-se Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Barbacena, integrando-se aos padrões estatutários e organizativos da FENAPAES. Direciona suas atividades para o campo da saúde e da assistência social, dando menos ênfase na área da educação, uma vez que a educação passa a ser ofertada prioritariamente nas escolas regulares (BATISTA; DORNELAS; NOGUEIRA, 2022a).

Assistência Social e Segurança

Durante a pesquisa também encontramos informações sobre crianças e adolescentes com demandas de saúde mental em duas outras instituições em Minas Gerais: a Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e o Instituto de Psicopatologia e Estudo do Menor (IPEME), vinculado à Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). A análise destas duas unidades, e a vinculação do IPEME à FUNABEM, nos levou a apresentá-las no campo da segurança e da assistência social, entendendo que há uma relação entre essas duas esferas, que as tornam parte de uma mesma lógica de institucionalização.

As FEBEM são unidades Estaduais, vinculadas à Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criadas no período da Ditadura Militar, concebidas como um centro especializado para a permanência de menores, com internações em larga escala, numa perspectiva de combate à pobreza. O recolhimento de crianças que perambulavam ou viviam nas ruas passou a ser denominado de prevenção – por preservar o menor do “perigo que representa, para si e para sociedade”, pelo seu “estado de carência afetiva e material” (FUNABEM, 1974 apud RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 69).

Para Couto, a FUNABEM “exprime a visão e ação do Estado sobre os menores e o lugar que lhes era destinado na estrutura social. É instituição-síntese do argumento do Estado como ente tutelar e de controle” (COUTO, 2012, p. 23). Na mesma direção, Rizzini e Rizzini (2004) apontam para uma “tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares” gerando uma “cultura da institucionalização” no Brasil.

Em Minas Gerais, há registros de crianças com doenças mentais nas FEBEM, como apontado por Campos (2021). O autor encontra prontuários de ex-internos das FEBEM/MG com registros de “debilidades mentais”, “perturbações neuróticas”, “perturbação ou comprometimento do equilíbrio emocional”, “deficiências mentais”, “tendências ao autismo”, “oligofrenia”, entre outros termos que indicam demandas de saúde mental. Pelas fichas analisadas, havia sugestões de atividades educativas e de trabalho, indicando que eles permaneceriam na FEBEM.

Campos (2021) também indica que as avaliações de saúde eram feitas por psicólogos e médicos e que eram determinantes da inserção ou desligamento dos menores. Vale lembrar que a falta de condições materiais, morais e mentais das famílias para cuidar ou não das crianças e adolescentes era considerada uma “situação irregular”, de forma que a privação da dimensão de saúde poderia levar à institucionalização.

Havia uma unidade da FEBEM em Antônio Carlos, município limítrofe à Barbacena, que possivelmente recebia crianças de Barbacena e região, porém não encontramos dados nem pesquisas sobre esta unidade.

Importante ressaltar que houve com as FEBEM um processo de desinstitucionalização de crianças e adolescentes, fruto da institucionalização em massa por muitas décadas. Em Minas Gerais, quando as unidades são progressivamente extintas, os internos foram encaminhados à família ou, na ausência desta, à rede de abrigos municipais. Aqueles com deficiências foram destinados ao Programa Casa-Lar, criado em 1996, especificamente para ex-internos da FEBEM (MINAS GERAIS, 2015). Eram pequenas unidades residenciais para 8 a 10 moradores, se

assemelhando às Residências Terapêuticas destinadas aos ex-pacientes dos manicômios. Semelhança que aponta para uma desinstitucionalização importante de crianças e adolescentes fora da rede hospitalar.

Por fim, encontramos informações sobre uma instituição destinada aos “menores” com histórico de infrações e vestígios de sofrimento mental (DIAS, 2015), denominado Instituto de Psicopatologia e Estudos do Menor (IPEME). Ele foi criado na década de 1970 em Barbacena, ligado à FEBEM e à FUNABEM, ocupavam o Pavilhão designado Milton Campos no Hospital Colônia de Barbacena (PEREIRA *et al.*, 2024). Esse pavilhão estava cedido à Secretaria de Estado do Interior e Justiça de Minas Gerais e funcionava como uma instituição prisional para menores infratores. Os autores acreditam que, apesar de estar em um espaço vinculado ao CHPB, o IPEME estava sob administração do Manicômio Judiciário Jorge Vaz.

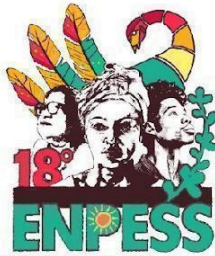
O IPEME, além de ter a atribuição de um Centro de Custódia, também seria um núcleo escolar de profissionalização, de hospital psiquiátrico e de campo de pesquisa. Era dirigido por um médico psiquiatra e contava com uma equipe de profissionais, entre eles médicos psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e agentes disciplinares (policiais e carcereiros). O ambiente se assemelhava a uma prisão e havia, além das celas que eram dormitórios dos internos, celas solitárias voltadas àqueles que necessitavam de disciplina mais rígida caso desrespeitassem as regras (PEREIRA *et al.*, 2024).

Os menores eram encaminhados pela autoridade policial ou jurídica através de Cartas Guias, para cumprimento de pena através da internação psiquiátrica. Pereira *et al.* (2024) apontam que o IPEME era ora referenciado como prisão, ora como escola, trazendo o caráter pedagógico do local. A unidade funcionou em Barbacena entre os anos de 1977 e 1990, sendo extinto a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

FEBEM e IPEME apontam outra face da institucionalização de crianças e adolescentes com demandas de saúde mental: aquelas consideradas perigosas, seja pela pobreza, seja pela “delinquência”, mas ambas indicam as estratégias tutelares e violentas de um Estado que criminaliza a pobreza.

Considerações finais

A construção de uma política de saúde mental infanto-juvenil deve partir do cruzamento da história da assistência psiquiátrica no Brasil e da assistência do Estado à infância e adolescência



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

no país, sem o qual perdem-se as particularidades que envolvem o cuidado em saúde mental destes sujeitos.

Diferente das pessoas adultas, crianças e adolescentes foram por décadas institucionalizadas nas mais diversas instituições, sendo alvo das estratégias de combate à pobreza por parte do Estado. Encoberta pelo discurso de tutela do Estado, juntamente com o recolhimento em massa dos “menores”, houve uma verdadeira desassistência à infância e juventude no Brasil no século XX.

A atenção à infância vai ser marcada, então, por uma fragmentação e pulverização de ações, sem considerar suas reais necessidades e de suas famílias. Integram as ações do Estado de controle do espaço e dos corpos, através de ações e práticas de combate à pobreza e higienização urbana, voltadas prioritariamente a pobres e negros.

Cabe-nos repensar em que parâmetros deve ser compreendida a desinstitucionalização de crianças e adolescentes no âmbito da Reforma Psiquiátrica, muitas vezes ocorrida em pequenos e diversos manicômios setoriais, história ainda invisibilizada. Se para pessoas adultas o hospital psiquiátrico se coloca como contraponto, quais são os contrapontos para pensar a desinstitucionalização de crianças e adolescentes?

REFERÊNCIAS

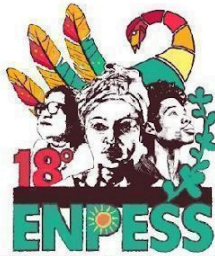
AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

AZEVEDO, K. R. N. **E aí as histórias ficam boas: narrativas sobre a implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos em Barbacena/MG**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Processos Psicossociais e Socioeducativos, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei. 2015.

AZEVEDO, K. R. N. **Memórias em história oral: militância, movimentos sociais e a reforma das políticas de saúde mental em Barbacena/MG**. 2021. 141 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2021.

BATISTA, R. L. L.; DORNELAS, G. V.; NOGUEIRA, I. C. C. **Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (1962-1999)** - Atual Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena. Belo Horizonte: Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil, 2022a. Disponível em: <
<https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/associacao-de-pais-e-amigos-dos-excepcionais-de-barbacena-1999-atualassociacao-barbacenense-de-assistencia-aos-excepcionais-1962-1999/>>. Acesso em: 01 ago 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BATISTA, R. L. L.; DORNELAS, G. V.; NOGUEIRA, I. C. C. **Escola Primária junto ao Centro de Recuperação Neurológica da ABAE**. Belo Horizonte: Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil, 2022b. Disponível em:
<<https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/escola-primaria-junto-ao-centro-de-recuperacao-neurologica-a-abae-1970-1974/>> Acesso em: 01 ago 2024.

BATISTA, R. L. L.; DORNELAS, G. V.; NOGUEIRA, I. C. C. **Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário**. Belo Horizonte: Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil, 2022c. Disponível em:
<<https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/instituto-da-crianca-excepcional-maria-do-rosario-1965-1976/>> Acesso em: 01 ago 2024.

CAMPOS, D. H. C. **Memórias quase esquecidas: análise dos prontuários da antiga FEBEM-MG sob a perspectiva da burocracia de nível de rua**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2021.

CARVALHO, J. M. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 20, p. 153-193, jan., 1966.

CIRINO, O. O descaminho daquele que conhece. **Fascículos FHEMIG**, Belo Horizonte, n. 7, p. 37-83, 1985.

CIRINO, O.; VIANA, F. J. M. Da ortopedia mental aos meninos de Barbacena. Uma perspectiva histórica da assistência pública à saúde mental infantil em Minas Gerais. Congresso Internacional de Saúde Mental Infantil, II; Encontro de Psicólogos da 4ª Região, IV. Belo Horizonte, **Anais**: CRP, 1984.

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. *In*: AMARANTE, P. (org.) **Ensaio**: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

COSTA-ROSA, A. **Atenção psicossocial além da reforma psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

COUTO, M. C. V. **Política de saúde mental para crianças e adolescentes: especificidades e desafios da experiência brasileira (2001-2010)**. 2012. 178f. Tese (Doutorado em Saúde Mental) – Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DIAS, F. W. S. **A percepção dos trabalhadores da rede de atenção à infância sobre a loucura em crianças: possíveis impasses para o objetivo de (re)inserção social proposto pelo atual modelo brasileiro de reforma psiquiátrica**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

DRUMOND, A. C. **A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com Síndrome de Down (1962-1976): diálogos com pestalozzianos**.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2015. 192f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DUARTE, M. N. **Ares e luzes para mentes obscuras: o caso do Hospital Colônia de Barbacena (1922-1946)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

DUARTE, M. N. **De ares e luzes a inferno humano: concepções e práticas no Hospital Colônia de Barbacena: 1946-1979 - estudo de caso**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FASSHEBER, V. B. **O processo de Reforma Psiquiátrica no município de Barbacena no período 2000-2004: um estudo de caso acerca da "cidade dos loucos"**. 2009. 94f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA (FEAP). **Memorando/DIH/HGPC nº 74/1974**. Belo Horizonte: FEAP, 04 jan. 1974.

FIRMINO, H. **Nos porões da loucura**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

IINSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/panorama>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

JANNUZZI, G. S. M. **História da educação do “deficiente mental” no Brasil: 1876 a 1935**. 1985. 157f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

MELO, C. M. S. **Do “Trem de doido” à “Estação Vida”: a atenção em saúde mental de crianças e adolescentes em Barbacena/MG**. 2024. 235 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MELO, R. S. A formação, resistência e identidade da comunidade quilombola dos Candendês. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 59, p. 169-196, 2019.

MINAS GERAIS. Lei nº 2.610, de 08 de janeiro de 1962. Contém o Código do Ensino Primário. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 8 jan. 1962.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. Subsecretaria de Assistência Social. **Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade**. Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/concursos_publicos/pdfs/1_2007/plano_estadual_Regionalizacao_2015-1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MULLER, T. M. P. A primeira escola especial para crianças anormais no Distrito Federal: o pavilhão Bourneville (1903-1920). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.6, n.1, 2000, pp.79-97.

NASCIMENTO, R. F. **A "cidade dos loucos": saber médico e a invenção dos territórios da loucura na cidade de Barbacena**. 2014. 69 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

PEREIRA, J.; DUARTE, M. N.; SANTOS, G. P. As crianças no Hospital Colônia Infantil de Oliveira (MG): uma história institucional (1931-1974). **Psicologia e Sociedade**, Recife, v. 34, p. e256690, 2022.

PEREIRA, H. R. et al. O espaço disciplinar e a docilização dos corpos: menores capturados pelo discurso. Barbacena: **Revista de Saúde Mental e Subjetividade**, 2024. No prelo.

RIBEIRO, P. R. M. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da Colônia à República Velha. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 29-38, jan./abr. 2006.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

RIZZINI, I. **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1993.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Amais, 1997.